

Prioridades: ajuste fiscal e menos gastos

03 JAN 1995
5661 NAF 30

GAZETA MERCANTIL

por Cláudia Safatle
de Brasília

A área econômica do governo Fernando Henrique Cardoso assumiu ontem dando indicações de que até o final desta semana, quando ocorrerá a primeira reunião ministerial, terá algumas respostas para tapar a ferida central do programa de estabilização: a questão fiscal.

O ministro do Planejamento e Orçamento, José Serra, após a solenidade de transmissão do cargo, anunciou que serão cancelados os R\$ 3 bilhões de restos a pagar de 1994. Adiantou, também, que as obras já licitadas, porém não iniciadas, estarão sujeitas a "revisão, conforme a conveniência". Austeridade, como premissa para a estabilidade de preços, foi também o realce do pronunciamento do ministro da Fazenda, Pedro Malan. Do ajuste fiscal, disse Malan, dependerá o andar das demais políticas, monetária, cambial e creditícia.

O orçamento aprovado



José Serra

para este ano traz um déficit estimado em R\$ 10 bilhões a R\$ 11 bilhões. Serra assinalou que os "cortes" orçamentários serão avaliados na reunião ministerial dos dias 6 e 7 próximos. Cortes de despesas, privatização de empresas do setor elétrico ainda no primeiro semestre deste ano e redução dos custos dos bens e serviços adquiridos pelo setor público compõem algumas das alternativas de que Serra pretende lançar mão para equacionar o déficit orçamentário, além do combate à sonegação de impostos. Se isso é suficiente, não se sabe. Se for necessário, ainda que temporariamente, usará os recursos produzidos pela privatização para cobrir despesas correntes do governo. Idealmente, essas são receitas destinadas ao abatimento da dívida pública.

O ministro da Fazenda assegurou que o processo de desindexação da economia - necessário para eliminar a componente inercial que ainda sobrevive na inflação - será feito de maneira cautelosa e gradual. "A desindexação será tão mais rápida quanto mais rápidos forem os ganhos no front fiscal e na redução do 'custo' Brasil", insistiu.

Também nos próximos meses, segundo Malan, serão discutidas as políticas monetária e cambial adequadas a uma economia estabilizada "de maneira duradoura e sustentada". Essas tarefas, aliadas à preparação de uma reforma tributária, a uma solução da crise dos bancos estaduais e à construção de uma nova relação entre União, estados e municípios, seriam, em resumo, as principais

áreas de atuação do Ministério da Fazenda para consolidar a estabilidade econômica.

"Estamos no início da etapa de consolidação da estabilidade, e esta é requisito para a justiça social", lembrou Serra em seu discurso de posse. Controlar a inflação é a prioridade número um do novo governo. Outras foram citadas pelo ministro do Planejamento, num discurso de improviso para uma plateia de empresários, parlamentares e cinco ministros de Estado: "A preparação

(Continua na página 8)

Prioridades: ajuste fiscal e...

por Claudia Safatle
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

das condições institucionais para esse novo ciclo econômico, marcada pela abertura comercial, estabilidade de preços e redução do Estado" e a recuperação do planejamento da ação de governo, "dando mais eficiência e coerência à alocação dos recursos públicos". O arcabouço institucional a que o ministro do Planejamento se referiu seria representado por um novo sistema tributário, compatível com uma economia aberta, uma unificação da política monetária (de forma que os bancos estaduais não sejam mais emissores de moeda), distribuição dos encargos entre as três esferas de poder e medidas de proteção às práticas desleais de comércio.

"Vamos trabalhar com realismo mas, a cada momento, vamos ampliar os limites do possível", disse Serra, citando e homenageando o professor Albert Hirschman, da Universidade de Princeton (EUA), que estava presente à sua posse. Senador eleito com 6,5 milhões de votos, 52 anos, Serra disse que pau-

tará sua gestão à frente do Planejamento pelo "trabalho, pertinácia e parcimônia". Ou, como explicou: "Trabalho diuturno, pertinácia para cumprir os objetivos do governo e parcimônia no trato dos recursos públicos - gastar o que não se tem ou gastar mal o pouco que se tem equivale a desrespeitar o conjunto da sociedade". Esse compromisso com austeridade no trato do dinheiro público arrancou palmas da platéia, puxadas pelo empresário Gerdau Johannpeter.

Ao final do pronunciamento de posse, também para um auditório lotado no Banco Central, Malan emocionou-se ao agradecer a sua família pelo apoio - esposa e filhos estão morando em Washington. "E pensando nos meus filhos e nos filhos e netos daqueles que não têm acesso a esse auditório, mas que esperam muito de nós, é que prometo dar o melhor de mim no exercício do cargo", disse.

Ao final da tarde de ontem, depois de uma maratona de posses dos vinte ministros de Estado, Malan empossou os secretários do Ministério da Fazenda. No discurso, um recado para os que apostam numa disputa de poder entre os

ministérios da Fazenda e do Planejamento: "Não tenho a menor preocupação sobre quem leva o crédito se o País der certo. Sou funcionário público, não tenho ambição de ser outra coisa. Nem política nem de ir para o setor privado".

A composição da mesa, quando empossado, procurou dar um sentido de equipe - a mesma que concebeu o programa de estabilização. Lá estavam Edmar Bacha, que hoje, como presidente indicado para o BNDES, é subordinado ao organograma do Ministério do Planejamento, e Persio Arida, também escolhido para a presidência do Banco Central, mas que ainda não assumiu, à espera de aprovação do plenário do Senado.

Uma informação tranquilizadora foi dada pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, José Roberto Mendonça de Barros: não deverá haver pressões de preços em janeiro por reposição de estoques no comércio. A indústria está trabalhando normalmente, não deu férias coletivas como é natural nesse início de ano, e há o sazonal refluxo da demanda final. Portanto, não há nenhum motivo para que a inflação deste mês não seja baixa.